



O MINISTRO da Fazenda, durante seu depoimento na Câmara, conversa com a deputada Maria da Conceição Tavares

Malan diz que o pior do aperto já passou

Ministro prevê reaquecimento da economia a partir do segundo semestre

20 JUN 1996

O GLOBO

• BRASÍLIA. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem, em depoimento às comissões de Finanças e de Tributação da Câmara dos Deputados, que a reativação econômica e a retomada dos investimentos ganharão intensidade a partir do segundo semestre deste ano, e se consolidarão a partir de 1997. O ministro frisou que o Governo não abrirá mão de manter a inflação sob controle, como condição para o crescimento sustentado, mas que a meta é eliminar de vez os obstáculos impostos em 1995 para desaquecer a economia, como os compulsórios e as restrições ao crédito.

— O pior do aperto já passou. Estamos na direção da flexibilização, de forma gradual — disse Malan, ressaltando que o crescimento médio projetado para até 1998 deverá ser superior a 4,5% do PIB (Produto Interno Bruto).

Boas notícias na área de comércio exterior. Segundo o ministro da Fazenda, o Governo anunciará hoje um superávit na balan-

ça comercial brasileira do mês passado capaz de superar o déficit acumulado nos quatro primeiros meses do ano, de US\$ 217 milhões.

— Este ano as exportações cresceram 10% e as importações caíram 8% a 9% em comparação com o ano passado — disse.

Aumento das exportações tranquiliza o Governo

Para o ministro, o déficit em conta-corrente nas transações com o exterior, estimado em 2,5% do PIB para este ano, não é preocupante, devido ao aumento das exportações e da própria reativação da economia. A seu ver, passou o tempo dos mega-superávits, pois é fundamental o crescimento simultâneo das exportações e das importações.

Malan enfatizou que o atual sistema de bandas tem sido perfeitamente entendido pelos mercados internacional e doméstico. Por essa razão, acrescentou, medidas como maxidesvalorização

do real em relação ao dólar, a paridade fixa como ocorre na Argentina, a prefixação e a indexação do câmbio à inflação diária estão descartadas.

— Recusamos a idéia de taxa de câmbio totalmente flexível, sem a interferência do Banco Central — afirmou, negando a existência de defasagens expressivas.

Malan negou a possibilidade de um colapso no Plano Real, se as reformas constitucionais não forem aprovadas. Ele lembrou que há muito a ser feito na legislação infraconstitucional, além de atos do próprio Executivo.

— Mas é fundamental o prosseguimento das mudanças constitucionais. O custo da preservação da estabilidade seria menor, se as reformas avançassem.

O ministro admitiu que a reforma previdenciária, por exemplo, poderá não ser votada agora. Mas salientou que o déficit previsto para este ano, na Previdência, é de R\$ 2,5 bilhões. ■